

HABEAS CORPUS Nº 570.025 - RS (2020/0077945-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : ALEXANDRE D ORNELLAS SOUZA LIMA
ADVOGADOS : GERSON LUIZ DOS SANTOS - RS033638
ALEXANDRE D'ORNELLAS SOUZA LIMA - RS034477
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : VALDEMIR SOUZA VIANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VALDEMIR SOUZA VIANA contra decisão de Desembargador integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, que indeferiu a liminar no HC n. 70084103191.

Nesta via, o impetrante alega a ocorrência de constrangimento ilegal capaz de superar o óbice do enunciado da Súmula 691/STF, diante da ausência de fundamentação da decisão que indeferiu a medida liminar.

Sustenta que o paciente encontra-se em grave situação de risco, diante da pandemia causada pela contaminação pelo Novo Coronavírus (Covid-19), pois é pessoa idosa com 60 anos de idade e faz parte do grupo de risco, preenchendo os requisitos para ser beneficiado com medidas cautelares ou com a prisão domiciliar, nos termos da Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva do paciente ou aplicadas medidas alternativas, a fim de que possa responder em liberdade ao processo. Alternativamente, que seja substituída a custódia antecipada por prisão domiciliar.

É o relatório.

Esta Corte Superior, nos termos da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, pacificou orientação no sentido de que *"não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância"* (AgRg no HC 252.412/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 9-10-2012, DJe 17-10-2012), destacando que *"O referido óbice é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade é tamanha que não escapa à pronta percepção do julgador"* (AgRg no HC 300.610/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 4-9-2014, DJe 15-9-2014).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular. É que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, pois a autoridade tida como coatora não entendeu presentes os requisitos necessários para a concessão sumária da ordem, tecendo ainda as seguintes considerações (e-STJ Fl. 164):

Cuidando-se de habeas corpus, situa-se a liminar no âmbito da criação pretoriana, porquanto não contemplada

Superior Tribunal de Justiça

na legislação processual penal, daí resultando a possibilidade de sua concessão tão somente em casos excepcionais, onde demonstrado o flagrante constrangimento ilegal, o que não ocorre no caso vertente. Mais, os argumentos trazidos na impetração, atinentes à questão da concessão da liberdade nos termos da recomendação n. 62 do Conselho Nacional de Justiça em razão da pandemia do COVID-19, foram corretamente analisados na origem, e o fundamentos lá exarados não são infirmados pelas alegações contidas na impetração.

3. Daí por que indefiro a liminar requerida.

Dispensadas as informações, ouça-se o Ministério Público.

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão do acerto do indeferimento da medida sumária.

Além disso, mister destacar que o revolvimento dessa questão certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator